



MSIG

Mitsui Sumitomo Seguros

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.
CNPJ/MF Nº 33.016.221/0001-07

Demonstrações
Financeiras I 2017

ÍNDICE

- 3** Relatório da Administração
- 4** Balanços Patrimoniais
- 5** Demonstração dos Resultados
- 5** Demonstração dos Resultados Abrangentes
- 6** Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- 6** Demonstrações dos Fluxos de Caixa
- 7** Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
- 22** Diretoria
- 22** Contador
- 22** Atuário
- 23** Parecer dos Atuários Independentes
- 24** Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 da Mitsui Sumitomo Seguros S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A empresa

A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. faz parte do MS&AD Insurance Group, que está presente em 46 países e regiões ao redor do mundo, e detém a maior participação em prêmios de seguros não vida no Japão, tendo em suas linhas de negócios seguros de vida, individuais e corporativos, negócios internacionais, serviços financeiros e gestão de riscos.

Desempenho

Em 2017, os Prêmios Emitidos da Companhia alcançaram o montante de R\$ 509 milhões, o que representa um crescimento de 10,5% quando comparado ao ano anterior. Já os Prêmios Ganhos totalizaram R\$ 491 milhões, aumento de 9,1% sobre o obtido no ano anterior. As Despesas Administrativas atingiram o montante de R\$ 83,1 milhões, com crescimento de 7,2% sobre o ano anterior, ainda devido ao impacto da elevação da inflação que passou a ser observada a partir do início de 2015, especialmente na forma de reajuste de salários e custos dos serviços. No entanto, em relação aos Prêmios Ganhos, houve redução de sua representatividade passando de 17,2% em 2016 para 16,9% em 2017. O Resultado Financeiro totalizou em 2017 R\$ 56 milhões, valor R\$ 5 milhões inferior ao obtido no ano de 2016, impactado basicamente pela redução das taxas de juros. A ainda lenta recuperação da atividade econômica, alto nível de desemprego e a dificuldade dos governos para equilibrar as contas públicas, com prejuízos à segurança pública em diversos estados, têm impactado a atividade de seguros, com reflexos na sinistralidade. No ramo de automóveis, as ocorrências de roubos e furtos se mantiveram elevadas, fazendo com que a sinistralidade do ano de 2017, ainda subisse 0,9 ponto percentual em relação ao ano anterior. Nesse contexto, a Companhia obteve em 2017 um lucro líquido de R\$ 119 mil, contra um lucro de R\$ 1,3 milhão no ano anterior.

Investimentos

A Companhia vem investindo continuamente em tecnologia da informação e infraestrutura, para sustentação dos negócios e na melhoria dos processos operacionais, assim como na capacitação das equipes e formação de uma liderança forte.

Políticas de reinvestimento de lucros e de distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que aos acionistas sejam atribuídos dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista em lei, e o saldo remanescente fica à disposição para deliberação da Assembleia Geral.

Agradecimentos

Agradecemos à SUSEP, Resseguradores e órgãos de classe pelo apoio e orientação recebidos, aos Clientes e Corretores pela confiança depositada ao longo do ano e principalmente aos nossos funcionários pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		463.100	529.559
Disponível		<u>5.616</u>	<u>16.013</u>
Caixa e bancos		5.597	15.994
Equivalentes de caixa		19	19
Aplicações	7.1	<u>163.031</u>	<u>187.141</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>140.076</u>	<u>153.846</u>
Prêmios a receber	8.1	126.621	133.389
Operações com seguradoras	9	2.963	2.073
Operações com resseguradoras	10.1(a)	10.492	18.384
Outros créditos operacionais	11.1	<u>14.749</u>	<u>14.748</u>
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10.1(c)	<u>83.994</u>	<u>107.711</u>
Títulos e créditos a receber		<u>6.306</u>	<u>6.147</u>
Títulos e créditos a receber		3.956	3.425
Créditos tributários e previdenciários	12.1	2.099	2.528
Outros créditos		251	194
Outros valores e bens - Bens à venda	14.1	<u>4.427</u>	<u>3.145</u>
Empréstimos e depósitos compulsórios		<u>3</u>	<u>10</u>
Despesas antecipadas		<u>1.417</u>	<u>1.412</u>
Custos de aquisição diferidos - seguros	13.1	<u>43.481</u>	<u>39.386</u>
Não Circulante		528.577	458.253
Realizável a Longo Prazo		487.968	420.430
Aplicações	7.1	<u>482.444</u>	<u>416.233</u>
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10.1(c)	<u>4</u>	<u>399</u>
Títulos e créditos a receber		<u>2.329</u>	<u>2.865</u>
Títulos e créditos a receber		241	258
Créditos tributários e previdenciários	12.1	436	365
Depósitos judiciais e fiscais		1.434	1.818
Outros créditos operacionais		218	424
Custos de aquisição diferidos - seguros	13.1	<u>3.191</u>	<u>933</u>
Imobilizado	15.1	<u>13.272</u>	<u>14.880</u>
Imóveis - uso próprio		9.891	10.497
Bens móveis		2.849	3.661
Outras imobilizações		532	722
Intangível	16.1	<u>27.337</u>	<u>22.943</u>
Total do Ativo		<u>991.677</u>	<u>987.812</u>
Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		537.974	547.231
Contas a pagar		<u>20.330</u>	<u>17.655</u>
Obrigações a pagar	17	5.503	3.437
Impostos e encargos sociais a recolher		8.856	8.483
Encargos trabalhistas		4.309	3.832
Impostos e contribuições		1.662	1.903
Débitos de operações com seguros e resseguros		<u>55.493</u>	<u>64.141</u>
Prêmios a restituir		73	157
Operações com seguradoras		2.988	676
Operações com resseguradoras	10.2	26.140	40.354
Corretores de seguros e resseguros		24.938	22.111
Outros débitos operacionais		1.354	843
Depósitos de terceiros	19	<u>1.258</u>	<u>3.227</u>
Provisões técnicas de seguros	18.1	<u>460.893</u>	<u>462.208</u>
Danos		456.788	459.163
Pessoas		4.105	3.045
Não Circulante		16.210	6.038
Contas a pagar		<u>1.019</u>	<u>1.050</u>
Tributos diferidos		1.019	1.050
Provisões técnicas de seguros	18.1	<u>12.995</u>	<u>3.810</u>
Danos		12.995	3.810
Outros débitos		<u>2.092</u>	<u>1.033</u>
Provisões Judiciais	20.1	2.092	1.033
Débitos diversos		<u>104</u>	<u>145</u>
Patrimônio Líquido	21	437.493	434.543
Capital social		619.757	619.757
Reserva de reavaliação	15.1	1.245	1.283
Ajustes de avaliação patrimonial		(846)	(3.646)
Prejuízos acumulados		(182.663)	(182.851)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>991.677</u>	<u>987.812</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prêmios emitidos	22.2	509.363	460.876
Varição das provisões técnicas de prêmios		(18.549)	(11.056)
Prêmios ganhos	22.1	490.814	449.820
Receita com emissão de apólices		4.029	4.236
Sinistros ocorridos	22.3	(295.725)	(309.539)
Custos de aquisição	22.4	(91.412)	(73.732)
Outras receitas e despesas operacionais	22.5	(24.683)	(20.365)
Resultado com resseguro	22.6	(41.138)	(20.704)
Receita com resseguro		18.682	46.475
Despesa com resseguro		(59.820)	(67.179)
Despesas administrativas	22.7	(83.066)	(77.460)
Despesas com tributos	22.8	(12.349)	(12.849)
Resultado financeiro	22.9	55.957	61.011
Resultado patrimonial		13	13
Resultado operacional		2.440	431
Ganhos e perdas com ativos não correntes		44	230
Resultado antes dos impostos e participações		2.484	661
Imposto de renda	22.10	(541)	664
Contribuição social	22.10	(497)	449
Participações sobre o resultado		(1.327)	(448)
Lucro líquido do exercício		119	1.326
Quantidade de Ações		290.180.641	290.180.641
Lucro Líquido Básico e Diluído por Lote de Mil Ações - R\$		0,00	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro do Exercício	119	1.326
Outros resultados abrangentes	2.800	13.151
Ajustes de títulos e valores mobiliários	2.800	13.151
Resultado Abrangente Total do Exercício	2.919	14.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste TVM	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		619.757	1.442	(16.797)	(184.247)	420.155
Reserva de reavaliação - Realização	15.1/21	-	(159)	-	70	(89)
Títulos e valores mobiliários		-	-	13.151	-	13.151
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.326	1.326
Saldos em 31 de dezembro de 2016		619.757	1.283	(3.646)	(182.851)	434.543
Reserva de reavaliação - Realização	15.1/21	-	(38)	-	69	31
Títulos e valores mobiliários		-	-	2.800	-	2.800
Lucro líquido do exercício		-	-	-	119	119
Saldos em 31 de dezembro de 2017		619.757	1.245	(846)	(182.663)	437.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Atividades Operacionais		2017	2016
Lucro líquido do exercício		119	1.326
Ajustes para: Depreciação e amortizações		7.337	5.302
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos		(109)	(514)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(39.301)	(12.431)
Créditos das operações de seguros e resseguros		13.813	(4.699)
Ativos de resseguro		24.112	93.371
Créditos fiscais e previdenciários		358	(1.610)
Depósitos judiciais e fiscais		384	(921)
Despesas antecipadas		(5)	167
Custos de aquisição diferidos		(6.353)	(9.669)
Outros ativos		(1.575)	2.349
Impostos e contribuições		290	(373)
Outras contas a pagar		2.543	(3.516)
Débitos de operações com seguros e resseguros		(8.648)	(18.901)
Depósitos de terceiros		(1.968)	2.310
Provisões técnicas - seguros e resseguros		7.870	(29.222)
Provisões judiciais		1.059	(1.886)
Outros passivos		(22)	(103)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		(96)	20.980
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		13	13
Imposto sobre o lucro - pagos		(190)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais		(273)	20.993
Atividades de Investimento			
Recebimento pela venda: Imobilizado		47	927
Pagamento pela compra: Imobilizado		(161)	(3.747)
Intangível		(10.010)	(9.650)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(9.378)	(12.470)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(10.397)	8.523
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.013	7.490
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.616	16.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, situada na Alameda Santos, nº 415 - 1º ao 5º e 9º andar, cujo controlador em última instância é a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd.. A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. tem como objetivo principal a exploração das operações de seguros de danos e de pessoas, em qualquer de suas modalidades. As demonstrações financeiras da Seguradora foram aprovadas pela Administração em 22/02/2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e são ajustadas ao valor justo, quando aplicável, para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação dessas demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, as demonstrações das mutações do patrimônio, as demonstrações dos resultados abrangentes, as demonstrações dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.3. Demonstração dos resultados abrangentes

A demonstração dos resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs.

2.4. Operações descontinuadas

Não houve atividade descontinuada no exercício findo em 31/12/2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas:

3.1. Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

3.2. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado no momento da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. São contabilizadas, também, as estimativas de receitas de prêmios para as apólices em processo de emissão. Os prêmios de cosseguro aceitos são apropriados ao resultado no momento do recebimento das especificações de cosseguro (propostas) das congêneres e diferidos para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho, tendo a maioria das apólices emitidas o prazo de vigência de 12 meses. Os agenciamentos das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de forma linear pelo prazo de vigência das apólices. Os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente a provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos das resseguradoras.

3.3. Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu a avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros". Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros. A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados. Os ativos de resseguro são representados principalmente por sinistros a recuperar e provisão de reservas técnicas. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos às resseguradoras são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros: A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

i) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado se: • For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros à curto prazo; ou • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. São demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

ii) **Investimentos mantidos até o vencimento:** correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

iii) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

iv) **Empréstimos e recebíveis:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

b) Passivos financeiros: São classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

c) Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial: Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável. A tabela a seguir apresenta a composição dos principais ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos, e os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, demonstrando os saldos contábeis e os valores justos:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos financeiros	Nível	808.570	780.784
Ao valor justo por meio do resultado		162.986	137.549
Equivalentes de caixa	1	19	19
Fundos de investimento - DPVAT	1	126.173	124.594
Fundos de investimento	1	36.794	12.936
Disponíveis para venda		481.906	465.205
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	388.132	370.274
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	93.774	94.931
Empréstimos e recebíveis		163.678	178.030
Créditos das operações com seguros e resseguros		140.076	153.846
Outros créditos operacionais		14.967	15.172
Títulos e créditos a receber		8.635	9.012
Passivos financeiros		76.842	82.846
Contas a pagar		21.349	18.705
Débitos de operações com seguros e resseguros		55.493	64.141

Os saldos contábeis dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam de seus respectivos valores justos, devido ao prazo médio de recebimento e pagamento serem de curto prazo. As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. O valor justo dos títulos públicos é apurado com base nos preços de mercados secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

3.5. Redução ao valor recuperável (Impairment)

a) Ativos financeiros: A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida. Perdas de valor nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

b) Ativos não financeiros: De acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, os valores contabilizados como ativos não financeiros a fim de verificar se os mesmos não estão registrados em valor superior àquele passível de recuperação. Caso isto seja identificado, é estimado o valor recuperável do ativo e reconhecido contabilmente a eventual desvalorização dos ativos. O valor recuperável, segundo o CPC, é o maior

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

valor entre o preço líquido de venda do ativo e o seu valor em uso. Caso o valor contábil seja menor, não haverá desvalorização do ativo. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.6. Equivalentes de caixa

São representados por instrumentos financeiros não vinculados a cobertura de reservas técnicas de seguros e, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

3.7. Outras aplicações

Em 31/12/2017, a Seguradora apresentava o saldo de R\$ 602 (2016 - R\$ 639) em outras aplicações, que representa basicamente a participação no convênio DPVAT no montante de R\$ 538 (2016 - R\$ 574). Pelo fato dessas aplicações não apresentarem um mercado ativo em função do volume de transações negociadas e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo.

3.8. Crédito das operações de seguros

Os prêmios a receber e as respectivas despesas de comercialização são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico que leva em consideração o percentual médio de perda histórica. A provisão para riscos de créditos com resseguradoras é constituída com base no princípio da discricionariedade, onde mensalmente a Seguradora realiza o controle e a avaliação individual de todos os valores a recuperar, efetuando a redução ao valor recuperável em todas as situações nas quais se obtenha evidência de não recuperabilidade dos valores, formalizadas através de correspondência e/ou e-mail. São desconsiderados os itens de contratos facultativos que estão em processo de negociação, itens de contratos automáticos em que o pedido de recuperação será incluído nas próximas prestações de contas ou itens onde exista divergência sobre os montantes ou entendimento das coberturas entre as partes. A provisão para riscos de créditos com cosseguro cedido é constituída com base nos sinistros pendentes de recuperação, considerando a expectativa de recuperação avaliada pela área técnica. Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.9. Outros valores e bens

Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo.

3.10. Depósitos judiciais

A Seguradora possui depósitos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis que são registrados em base histórica no grupo "Títulos e Créditos a Receber" no Ativo não circulante. São mantidos no Ativo sem dedução das correspondentes provisões para contingências.

3.11. Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por móveis, imóveis, utensílios, máquinas, equipamentos e veículos. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, e são reconhecidos no resultado do período. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A reavaliação total dos bens imóveis da Seguradora ocorrida em março de 2006 será mantida até sua realização. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para imóveis, 10% para bens móveis, 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 33,33% para benfeitorias em imóveis de terceiros. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revistos a cada encerramento de exercício. Uma perda no valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil.

3.12. Intangível

O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos.

3.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 ao ano para imposto de renda, a Medida Provisória nº 675, de 21/05/2015 convertida na Lei nº 13.169, de 2015 e regulamentada pela instrução normativa nº 1.591/15 da RFB aumentou a alíquota da CSLL para 20%, no período compreendido entre 1º/09/2015 e 31/12/2018, e voltando a 15% a partir de 1º/01/2019. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido passivo é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os "Valores Justos". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.14. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, descritos a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

- **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG:** Corresponde ao montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e emitidos na data-base de cálculo, calculado através do método “*pro rata dia*”, em conformidade com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial e com a legislação vigente. A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, corresponde à estimativa do montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e não emitidos na data-base de cálculo. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
- **Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER:** Corresponde ao somatório das estimativas de pagamento dos sinistros que encontram-se em processo de análise e pendentes de liquidação. A metodologia de cálculo da provisão de sinistros a liquidar - PSL, prevista em Nota Técnica Atuarial, também contempla a metodologia para estimativa da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER (*Incurring But Not Enough Reported*), que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros, liquidados das estimativas de Salvados e Ressarcimentos. Esta prática atuarial é adotada em função da PSL não contemplar qualquer tipo de estimativa de recuperação de Salvados e/ou Ressarcimentos.
- **Provisão de despesas relacionadas - PDR:** Corresponde à estimativa do montante de despesas que serão pagas em decorrência de sinistros incorridos. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.
- **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNYR (*Incurring But Not Yet Reported*):** Corresponde à estimativa do montante de sinistros ocorridos mas ainda não avisados pelos segurados ou beneficiários à Seguradora, até a data-base de cálculo. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial. A provisão de IBNYR do ramo DPVAT é constituída conforme inicialmente previsto na Resolução CNSP nº 342/16 e nas respectivas atualizações normativas.
- **Teste de adequação de passivos - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11, em cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de seguro em curso na data de execução do teste. O teste de adequação de passivos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, está em acordo com o disposto nas Circulares SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e tem como objetivo avaliar, na data-base de cálculo, se as provisões técnicas constituídas estão suficientes para garantir as obrigações assumidas decorrentes dos contratos de seguro. Desta forma, através do teste de adequação do passivo, efetua-se a comparação entre o valor presente das estimativas dos fluxos de pagamentos decorrentes dos riscos assumidos e o montante de provisões técnicas constituído na data-base de cálculo. Na elaboração do teste de adequação do passivo consideram-se, através do valor contábil, todos os passivos de contratos de seguros, em acordo com o CPC 11, deduzidos de qualquer custo de aquisições diferido e qualquer ativo intangível relacionado aos mesmos. Caso sejam identificadas quaisquer insuficiências as mesmas devem ser registradas no mês-base de apuração, como uma despesa no resultado do período, primeiramente efetuando-se a redução do valor dos custos de aquisições diferidos relacionados ou dos ativos intangíveis relacionados e, subsequentemente, constituindo-se a provisão técnica denominada Provisão Complementar de Cobertura - PCC. Os cálculos realizados nas datas-bases de 31/12/2017 e 2016 não identificaram insuficiência no passivo constituído.

3.15. Provisões judiciais

As provisões judiciais estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

a) Não relacionados a sinistros: A Seguradora avalia as suas contingências passivas através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingente. São constituídas pela Administração levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. São compostos por casos que estão “fora de vigência” (ou sem apólice) e os danos morais não cobertos pelo contrato.

b) Relacionadas a sinistros: São constituídas em conformidade com a metodologia descrita na Nota Técnica Atuarial da provisão de sinistros a liquidar (PSL). São compostos por eventos que são ligados à natureza da operação de seguros, com apólice vigente (ainda que não tenha cobertura).

3.16. Benefícios aos empregados

a) Benefícios de curto prazo: A Seguradora possui o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, cujo objetivo é ampliar a conscientização dos funcionários às variáveis dos negócios e do seu papel ativo na melhoria dos níveis de produtividade e qualidade na empresa, amadurecimento em relação às necessidades e expectativas de clientes e sinergia entre as áreas. Mensalmente é contabilizada uma provisão de participação nos lucros, conforme parâmetros estabelecidos na política de participação nos lucros da Seguradora.

b) Benefícios por desligamento: Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: i) por mais 30 dias com até 5 anos de trabalho; ii) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na mesma empresa.

3.17. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico da Seguradora para o período é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante o período de reporte a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do exercício e consequentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações. As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que se entendem como razoáveis e relevantes. A Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

4.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “*Liability Method*”, equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido/baixado pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrá-lo, e o montante a ser registrado do ativo fiscal.

4.2. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento dos períodos nenhuma evidência foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos períodos nenhum ativo apresentou valor recuperável inferior ao seu valor residual.

4.3. Provisões judiciais

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas em conformidade com metodologias descritas em Nota Técnica Atuarial e/ou Manuais de Procedimento. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4.4. Provisão para riscos sobre créditos

A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.8 é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

4.5. Provisões técnicas de seguros e teste de adequação de passivos - TAP

Para apuração das provisões técnicas de seguros e do teste de adequação de passivos são utilizadas premissas cujas definições, por parte da Administração da Seguradora, ocorrem em conformidade com o descrito na nota explicativa nº 3.14.

5. FATORES DE RISCOS E GERENCIAMENTO**5.1. Fatores de risco**

a) Risco de seguro: O risco de seguro pode ser definido como sendo a possibilidade de ocorrência de evento previsto em contrato de seguro, desde que, a mesma seja futura e incerta na data de início de vigência do referido contrato. Neste contexto, o contrato de seguro é definido como sendo o instrumento através do qual a Seguradora aceita o risco de seguro transferido pelo segurado, concordando em pagar indenização na possibilidade de ocorrência do evento previsto no referido instrumento e desde que o mesmo afete o segurado negativamente. O principal risco significativo assumido nos contratos de seguro vigentes refere-se à possibilidade da frequência e/ou severidade dos sinistros serem superiores às respectivas estimativas, obtidas a partir de metodologias de cálculo descritas em notas técnicas atuariais. Desta forma, as diversas áreas da Seguradora agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e/ou avaliação de processos, de forma a mitigar a possibilidade de ocorrência do risco significativo. No processo de avaliação dos referidos riscos, a experiência histórica e as boas práticas estatísticas e atuariais demonstram que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor deve ser a variabilidade sobre os fluxos de caixa referentes às obrigações relacionadas aos riscos assumidos. Com base nestes pressupostos a estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros com o objetivo de assegurar o balanceamento da carteira segurada, agrupando-se de riscos com características similares para fins de análise e gestão, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. A referida estratégia é revisada anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. Adicionalmente, a Seguradora mantém contratos de resseguro para proteção das diversas carteiras seguradas, com os objetivos de mitigar a exposição contra riscos significativos e riscos de natureza catastrófica e de homogeneizar a distribuição das somas seguradas inerentes aos riscos assumidos.

i) Concentração de riscos: O quadro a seguir mostra a distribuição de risco por região e linha de negócios, baseada nos prêmios líquido de cosseguro e resseguro nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros e cosseguro abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

Grupo de ramos	Proporção (%)				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Automóvel	3,6	8,1	2,7	60,1	25,5
Patrimonial	4,6	1,1	4,1	51,2	39,1
Transportes	8,1	5,9	3,7	59,0	23,3
Demais ramos	0,8	3,3	5,9	63,9	26,1
Em 31/12/2017	4,0	7,0	3,1	59,2	26,7
Em 31/12/2016	3,7	7,5	3,6	61,8	23,4

ii) Análise de sensibilidade: O montante de sinistros sob responsabilidade da Seguradora é afetado por variações nas respectivas distribuições de frequência e/ou severidade, originadas a partir da influência de diversos fatores. De forma a exemplificar os referidos fatores, mas não nos limitando àqueles a seguir descritos, podemos mencionar: mudanças climáticas, comportamento dos motoristas, estado de conservação das vias rodoviárias, aumento da frota circulante de veículos automotores, mudanças na situação econômica do país e os respectivos impactos na criminalidade e nos índices de roubo e furto. Desta forma, com o objetivo de simular o efeito de variações nas distribuições de frequência e/ou severidade dos sinistros sob responsabilidade da Seguradora, a tabela abaixo demonstra a sensibilidade do Resultado e do Patrimônio Líquido às hipóteses de variações de 10 pontos percentuais na sinistralidade observada em 31/12/2017:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
Aumento em 10% na sinistralidade	(29.572)	(16.265)	(29.079)	(15.993)
Redução em 10% na sinistralidade	29.572	16.265	29.079	15.993

b) Risco de mercado: O risco de mercado caracteriza-se como a possibilidade de perda de ativos financeiros pela variação inesperada de seus preços, em decorrência de alteração de fatores como: taxa de juros, flutuações cambiais, inflação e/ou alterações nas condições de liquidez de títulos ou mercados. Para mitigar o risco de mercado e minimizar possíveis impactos negativos no resultado e no patrimônio, a Seguradora realiza o acompanhamento do *stress test*; das perspectivas para inflação, taxa de juros e taxa de câmbio e seus impactos sobre os investimentos da MSS. Assim como o controle pelo modelo VaR (*Value at Risk*), com a manutenção de, no máximo, 0,5% ao dia, com nível de confiança de 99,0%.

i) **Análise de sensibilidade:** Os ativos são classificados na categoria disponível para venda. Estes ativos são avaliados com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados, quando aplicável. O teste de sensibilidade demonstra o efeito decorrente da variação das Taxas de Juros e de Inflação no Patrimônio Líquido, nas aplicações financeiras intermediárias, bem como nas Receitas Financeiras. Como premissa, utilizou-se a variação de 200 bps como intervalo de variabilidade da Taxa Básica de Juros e um intervalo de variabilidade de 200 bps para Inflação.

Ativos financeiros	Saldo Contábil	Aumento de 200 bps		Diminuição de 200 bps	
		Impacto no PL	Saldo Ajustado	Impacto no PL	Saldo Ajustado
NTN-F	53.086	(3.574)	49.513	3.958	57.044
NTN-B	40.688	(2.078)	38.610	2.704	43.393
LFT	388.132	3.627	391.759	(3.666)	384.466
Quotas de Fundos de Investimento	36.794	389	37.183	(418)	36.376

c) Risco de crédito: Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. Através da Política de Investimentos, a Seguradora estabelece limites de exposição ao risco de crédito e realiza o monitoramento para que tais limites não sejam excedidos. Leva-se em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar com suas obrigações, baseando-se no rating de crédito determinado por agências avaliadoras de riscos, sendo Standard & Poor's, Fitch Rating e Moody's. A Seguradora tem com procedimento efetuar negociações somente com entidades resseguradoras que possuam rating mínimo, observável nas principais agências de rating, superior a "A-" pela Standard & Poor's, "A-" pela A.M. Best ou "A3" pela Moody's Investors Services. Existindo a necessidade de efetuar colocação de risco junto a resseguradores que não atendam aos requisitos mínimos de classificação de rating, tal operação será submetida à aprovação no Comitê de *Underwriting*. A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito junto a resseguradores aos quais a Companhia possui recebíveis em 31/12/2017 e de 2016, através da classificação dos saldos a recuperar por rating:

Rating	2017			2016	
	Local	Admitida	Eventual	Total	Total
AA-	-	6.667	-	6.667	5.755
A+	-	2.657	380	3.037	1.197
A	-	1.855	4	1.859	16.248
A-	24.439	-	-	24.439	42.855
BB+	-	-	-	-	758
B++	-	-	12	12	601
Sem rating	11.041	-	-	11.041	3.720
	35.480	11.179	396	47.055	71.134

Estão distribuídos no quadro acima os saldos da rubrica "Créditos das operações com resseguradoras" no valor de R\$ 10.492 e os saldos de provisão de sinistros a liquidar junto a resseguradores no valor de R\$ 49.071 (nota 10.1(c)) e sem os valores de IBNER de R\$ 12.508.

5.2. Gerenciamento

a) Risco financeiro: A Seguradora realiza a gestão dos ativos e passivos financeiros de modo que não haja descasamento. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

b) Risco operacional: O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Companhia. O gerenciamento do risco operacional contempla o monitoramento dos diversos cenários de exposição a riscos a que a Seguradora está sujeita, refletindo o ambiente de negócios e o comportamento da concorrência. Não obstante, neste processo, também estão refletidos os procedimentos mínimos exigíveis para elaboração do Banco de Dados de Perdas Operacionais, exigível a partir da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. Para mitigar o risco de impactos nas demonstrações financeiras por erro ou ineficiência operacional, a Seguradora adotou processo de checagem mensal das operações contabilizadas em Contas de Resultado, através de reuniões específicas com as Áreas de Negócio. Além disso, estabeleceu processo vigoroso de reconciliações contábeis cuja revisão é também obrigatória pelas Áreas de Negócios.

c) Risco de capital: O gerenciamento de riscos relacionados ao capital alocado na operação ocorre de forma conjunta às definições oriundas do Comitê de *Underwriting* e do Planejamento Estratégico da Seguradora e tem por objetivo otimizar as relações entre crescimento, capital mínimo requerido e patrimônio líquido ajustado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

Patrimônio líquido ajustado:	2017	2016
I - Ajustes contábeis:		
Patrimônio líquido	437.493	434.543
Despesas antecipadas	(1.417)	(1.412)
Intangível	(27.337)	(22.943)
CAD não relacionamento à PPNG	(182)	—
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	408.557	410.188
II - Ajustes associados à variação dos valores econômicos:		
Superavit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP:		
Valor do ajuste	3.162	915
PLA Total = PLA + Ajustes associados à variação dos valores econômicos	411.719	411.103
Capital mínimo requerido	85.953	85.885
Suficiência de capital	325.766	325.218

d) Políticas e estratégias de gerenciamento:

i) **Comitê de Underwriting:** Tem como objetivo a aprovação de alterações relevantes nos produtos comercializados no tocante à precificação, cláusulados, critérios de aceitação entre outros assuntos. Também é utilizado para aceitação de riscos complexos ou vultosos, de acordo com o critério vigente de aceitação dos respectivos produtos. Também faz parte do Comitê o monitoramento das carteiras em operação, através de reuniões nas quais demonstram-se os respectivos resultados e cuja realização ocorre periodicamente. Nessas reuniões são avaliados temas, tais como: resultado do mercado naquele ramo de negócio, posicionamento estratégico da Seguradora, bem como resultados auferidos e alterações que sejam necessárias para atingimento dos objetivos anteriormente definidos.

ii) **Comitê de Gerenciamento de Risco e Compliance:** Tem por objetivo analisar, discutir e aprovar sobre assuntos relacionados à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação dos riscos identificados nas atividades e em conformidade com os atos legais e regulatórios aplicáveis ao mercado segurador. O Comitê monitora se os planos de ação corretiva estão sendo implementados de acordo com os prazos fixados.

iii) **Outras ferramentas de gerenciamento:** Além das políticas e estratégias mencionadas acima, a Seguradora faz uso das ferramentas como "Risk Treatment Plan" e "Risk Register", entre outras, que visam analisar e gerenciar os riscos identificados, o grau de impacto, e o desenvolvimento de planos de ação.

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória. CPC 11 - Contratos de Seguros. Em maio de 2017, o *International Accounting Standards Board* (IASB), estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, contudo, essa norma ainda não foi objeto de normatização por parte do CPC. CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Estabelece princípios sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, considerando os termos do contrato e todos os fatos e circunstâncias relevantes. Esta norma teve adoção iniciada em 1º de janeiro de 2018. CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRS 9. Estabelece princípios para classificação e mensuração dos ativos financeiros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com isenção opcional para as entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4/CPC 11) que será para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. Resolução CNSP nº 321/15 e alterações instituídas pela Resolução CNSP nº 343/16. Esta resolução definiu os critérios para constituição do capital de risco de mercado que será mais uma parcela do Capital Mínimo Requerido (CMR) das entidades supervisionadas pela SUSEP. Os 50% da nova parcela foi exigível a partir de 31 de dezembro de 2016 e integralmente até 31 de dezembro de 2017. Circular SUSEP nº 543/16. Esta circular extinguiu a partir de 1º de janeiro de 2018 os custos iniciais de contratação como redutor da base de cálculo da PPNG. A Seguradora não espera que essas novas normas tenham efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção, exceto aos relacionados aos Instrumentos Financeiros e aos custos iniciais de contratação, cujos efeitos estão em avaliação.

7. APLICAÇÕES**7.1. Composição**

Categorias	Classe	Taxa de juros	Custo atualizado	Valor justo	Ajuste de TVM %	2017		2016	
						Ganhos não realizados	Valor justo	Valor justo	%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			163.569	163.569	25,3	—	—	138.169	22,9
Fundos de investimento DPVAT (a)	Pós-Fixado	CDI	126.173	126.173	19,5	—	—	124.594	20,7
Fundos de investimento (a)	Pós-Fixado	CDI	36.794	36.794	5,7	—	—	12.936	2,1
Outras aplicações (c)			602	602	0,1	—	—	639	0,1
Disponíveis para venda			482.752	481.906	74,7	(846)	(846)	465.205	77,1
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	Pós-Fixado	SELIC IPCA +	388.142	388.132	60,1	(11)	(11)	370.274	61,4
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (b)	Pós-Fixado	4,65%	40.706	40.688	6,3	(18)	(18)	37.704	6,2
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F (b)	Pré-Fixado	9,25%	53.904	53.086	8,3	(817)	(817)	57.227	9,5
Total das Aplicações			646.321	645.475	100	(846)	(846)	603.374	100
Circulante				163.031				187.141	
Não circulante				482.444				416.233	

(a) O valor justo das cotas de fundos de investimento financeiro, não exclusivos, foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Todos os fundos são atrelados à Renda Fixa, sendo que, grande parte de suas carteiras são compostas de Títulos Públicos e Certificados de Depósitos Bancários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

(b) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. (c) Referem-se, basicamente, à participação na Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT, registrada ao custo de aquisição.

7.2. Composição por faixa de vencimentos

As aplicações em títulos e valores mobiliários por faixa de vencimento estão distribuídas da seguinte forma:

Categorias	2017			2016		
	Sem vencimento ou até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Sem vencimento ou até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	163.569	-	163.569	138.169	-	138.169
Fundos de investimento - DPVAT	126.173	-	126.173	124.594	-	124.594
Fundos de investimento	36.794	-	36.794	12.936	-	12.936
Outras Aplicações	602	-	602	639	-	639
Disponíveis para venda	-	481.906	481.906	49.546	415.659	465.205
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	388.132	388.132	49.546	320.728	370.274
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	40.688	40.688	-	37.704	37.704
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	53.086	53.086	-	57.227	57.227
	163.569	481.906	645.475	187.715	415.659	603.374

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Seguradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

7.3. Movimentação das aplicações financeiras

	2017					
	Quotas de fundos de investimento	LFT	NTN-B	NTN-F	Outras aplicações	Total
Saldo no início do exercício	137.530	370.274	37.704	57.227	639	603.374
(+) Aplicações	120.158	164.298	-	169.199	-	453.655
(-) Resgates	(110.305)	(183.667)	(2.197)	(182.075)	(49)	(478.293)
(+) Rendimentos/atualizações	15.584	36.909	2.896	8.538	12	63.939
(+/-) Ajuste TVM	-	318	2.285	197	-	2.800
Saldo no final do exercício	162.967	388.132	40.688	53.086	602	645.475

8. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos, bem como as operações de retrocessão. Os períodos médios de parcelamento são calculados utilizando média ponderada, levando em consideração o montante do prêmio em relação à quantidade de parcelas.

8.1. Composição

Grupo de ramos	2017			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Período médio de parcelamento
Automóvel	65.971	(18)	65.953	6
Patrimonial	38.040	(3)	38.037	4
Transportes	13.787	(294)	13.493	1
Demais ramos	9.183	(45)	9.138	3
	126.981	(360)	126.621	5
Grupo de ramos	2016			
Automóvel	84.412	(16)	84.396	6
Patrimonial	29.920	(2)	29.918	4
Transportes	11.514	(349)	11.165	2
Demais ramos	8.000	(90)	7.910	4
	133.846	(457)	133.389	5

8.2. Prêmios brutos a receber por vencimento

Os prêmios a receber por faixa de vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

	2017	2016
Vencidos	4.247	4.882
Vencidos até 30 dias	1.703	2.577
Vencidos de 31 a 60 dias	504	180
Vencidos de 61 a 180 dias	341	840
Vencidos acima de 180 dias	1.699	1.285
A vencer	122.734	128.964
A vencer até 30 dias	59.935	57.559
A vencer de 31 a 60 dias	22.574	23.654
A vencer de 61 a 180 dias	36.618	44.931
A vencer acima de 180 dias	3.607	2.820
	126.981	133.846

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

8.3. Movimentação dos prêmios a receber

	2017	2016
Saldo no início do exercício	133.389	128.077
(+) Prêmios emitidos líquidos	562.726	513.462
(-) Baixas/cancelamentos	(42.469)	(81.848)
(-) Recebimentos	(526.432)	(416.862)
(+/-) Riscos vigentes não emitidos	(1.101)	(9.625)
(+/-) Oscilação cambial	411	(215)
(+/-) Redução ao valor recuperável	97	400
Saldo no final do exercício	126.621	133.389

8.4. Movimentação da redução do valor recuperável

A provisão sobre créditos de liquidez duvidosa para prêmios diretos é constituída com base em percentual obtido através de estudo técnico de perda média histórica aplicada individualmente sobre os prêmios a receber vencidos cuja data de emissão é maior que a data de final de vigência (riscos decorridos), combinado com a constituição dos valores de prêmios pendentes vencidos e sem vigência cuja data de emissão é menor ou igual a data de final de vigência (riscos a decorrer).

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(457)	(857)
(+) Constituições	(180)	(236)
(-) Reversões/baixas	277	636
Saldo no final do exercício	(360)	(457)

9. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

O saldo de operações com seguradoras a receber é composto de prêmios vencidos e de restituição de comissão de cosseguro aceito, bem como, de prêmios a restituir e de sinistros e comissões de cosseguro cedido.

Grupo de ramos	2017			2016		
	Operações com seguradoras	Redução ao valor recuperável	Total líquido	Operações com seguradoras	Redução ao valor recuperável	Total líquido
Patrimonial	1.173	(111)	1.062	1.187	(107)	1.080
Transportes	1.530	(133)	1.397	965	(69)	896
Demais ramos	542	(38)	504	141	(44)	97
	3.245	(282)	2.963	2.293	(220)	2.073

10. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO**10.1. Operações com resseguradoras - ativo - composição**

	2017	2016
Sinistros a recuperar	10.807	18.332
Outros créditos	-	375
Redução ao valor recuperável	(315)	(323)
	10.492	18.384

a) Composição de sinistros a recuperar:

Grupo de ramos	2017				2016			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Patrimonial	5.595	2.370	16	7.981	10.937	1.229	17	12.183
Transportes	1.197	261	-	1.458	4.930	483	-	5.413
Demais ramos	560	775	33	1.368	473	214	49	736
	7.352	3.406	49	10.807	16.340	1.926	66	18.332

b) Sinistros a recuperar por tempo de pendência:

Os sinistros a recuperar de resseguradoras por faixa de vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

	2017				2016			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
De 0 a 30 dias	732	297	-	1.029	8.011	497	5	8.513
De 31 a 60 dias	937	369	-	1.306	1.232	392	-	1.624
De 61 a 180 dias	2.791	1.614	6	4.411	3.920	175	1	4.096
Acima de 180 dias	2.893	1.125	43	4.061	3.177	862	60	4.099
	7.353	3.405	49	10.807	16.340	1.926	66	18.332

c) Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas:

Grupo de ramos	2017					Total
	PPNG	PSL	IBNYR	Outras Provisões	Total	
Patrimonial	19.092	32.900	3.364	603	55.959	
Transportes	1.014	712	1.618	456	3.800	
Demais ramos	5.555	15.464	2.005	1.215	24.239	
	25.661	49.076	6.987	2.274	83.998	
Circulante	25.657	49.076	6.987	2.274	83.994	
Não circulante	4	-	-	-	4	
	25.661	49.076	6.987	2.274	83.998	
Grupo de ramos	2016					Total
	PPNG	PSL	IBNYR	Outras Provisões	Total	
Patrimonial	17.494	53.966	3.495	1.074	76.029	
Transportes	988	(421)	1.776	200	2.543	
Demais ramos	16.055	11.221	1.982	280	29.538	
	34.537	64.766	7.253	1.554	108.110	
Circulante	34.138	64.766	7.253	1.554	107.711	
Não circulante	399	-	-	-	399	

Estão distribuídos dentro dos saldos de PSL os valores de IBNER que estão reduzindo no montante de R\$ 12.508 (2016 - R\$ 12.016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

10.2. Operações com resseguradoras - passivo

Os saldos de operações com resseguradoras - passivo contemplam os prêmios emitidos cedidos em resseguro líquido de comissões a recuperar correspondentes, os prêmios de riscos vigentes e não emitidos, também líquidos das respectivas comissões, que foram cedidos a resseguradoras e os salvados e ressarcimentos que por ventura a Seguradora tenha recuperado e que deverá repassar as resseguradoras.

Grupo de ramos	2017			2016				
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Patrimonial	12.472	3.653	9	16.134	19.173	1.730	11	20.914
Transportes	4.044	818	-	4.862	10.582	1.186	-	11.768
Demais ramos	4.835	309	-	5.144	6.771	901	-	7.672
	21.351	4.780	9	26.140	36.526	3.817	11	40.354

11. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS**11.1. Composição de outros créditos operacionais - circulante**

	2017	2016
Comissões pagas a corretores (*)	11.812	11.827
Créditos a receber DPVAT	774	1.485
Restituição de comissão	1.279	543
Outros créditos	884	893
	14.749	14.748

(*) Refere-se a comissões antecipadas pagas aos corretores após recebimento das parcelas de prêmios.

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**12.1. Composição e movimentação de créditos tributários**

A composição e a movimentação dos créditos tributários contabilizados no ativo circulante e no ativo não circulante estão assim representadas:

	2016	Constituição/(Reversão)	2017
PIS e COFINS sobre PSL	1.756	325	2.081
Imposto de renda a compensar	342	(342)	-
Contribuição social a compensar	322	(314)	8
PIS e COFINS	90	(80)	10
Outros créditos tributários e previdenciários	18	(18)	-
Contribuição social - Medida Provisória nº 2.158-35/01	365	71	436
	2.893	(358)	2.535
Circulante	2.528		2.099
Não circulante	365		436

12.2. Créditos tributários sobre prejuízos fiscais/base negativa e diferenças temporárias

Em 2017, a Seguradora tem base negativa de contribuição social no montante de R\$ 175.945 (2016 - R\$ 178.309) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 128.849 (2016 - R\$ 132.202), a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano. Os montantes do crédito tributário decorrentes da base negativa, do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias acumulados em 2017 e 2016, não reconhecidos contabilmente, estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Base negativa acumulada de contribuição social	177.079	178.309
Adições temporárias (a)	5.576	4.777
	182.655	183.086
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Crédito tributário de contribuição social	36.531	36.617
Prejuízo fiscal acumulado	131.270	132.202
Adições temporárias (a)	5.576	4.777
	136.846	136.979
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário de imposto de renda	34.211	34.245
Crédito tributário acumulado não reconhecido contabilmente (b)	70.742	70.862

(a) As diferenças temporárias são formadas basicamente por provisão para riscos de créditos a receber e provisão para contingências. (b) A Seguradora não constituiu crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, no momento, por não atender às regras requeridas pela SUSEP para sua constituição.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS**13.1. Composição**

As comissões e agenciamentos pagos em operações de seguros registradas no circulante e não circulante são diferidas de acordo com os períodos de vigência das apólices. O prazo médio para diferimento é de 12 meses. E estão assim compostas:

Grupo de ramos	2017			2016		
	Comissão	Outras despesas	Total	Comissão	Outras despesas	Total
Automóvel	30.218	3.756	33.974	27.409	2.610	30.019
Patrimonial	10.238	364	10.602	8.349	179	8.528
Transportes	745	1	746	559	1	560
Demais ramos	1.143	207	1.350	1.075	137	1.212
	42.344	4.328	46.672	37.392	2.927	40.319
Circulante			43.481			39.386
Não circulante			3.191			933

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

13.2. Movimentação	2017	2016
Saldo no início do exercício	40.319	30.651
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	92.887	74.619
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(86.534)	(64.951)
Saldo no final do exercício	46.672	40.319

14. OUTROS VALORES E BENS - BENS À VENDA

14.1. Composição	2017	2016
Salvados à venda	4.693	3.414
Redução ao valor recuperável	(266)	(269)
	4.427	3.145

14.2. Outros valores e bens por tempo de permanência

O quadro abaixo demonstra o saldo das contas de bens à venda - salvados, por tempo de permanência:

Tempo de permanência	2017	2016
De 0 a 30 dias	1.955	1.677
De 31 a 60 dias	950	540
De 61 a 180 dias	1.237	780
Acima de 180 dias	551	417
	4.693	3.414

15. IMOBILIZADO

15.1. Composição				2017	2016
	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos	526	1.336	-	1.862	1.862
Edificações	13.399	1.750	(7.120)	8.029	8.635
Computadores e equipamentos	4.132	-	(2.934)	1.198	1.570
Móveis, máquinas e utensílios	1.731	-	(1.209)	522	572
Veículos	1.987	-	(858)	1.129	1.519
Benfeitorias	828	-	(296)	532	722
	22.603	3.086	(12.417)	13.272	14.880

Em 2006, os terrenos e edifícios do ativo imobilizado foram reavaliados. O valor de impostos diferidos está contabilizado na conta "Imposto de renda e contribuição social diferidos", no passivo não circulante, e o valor líquido da reavaliação está registrado na conta "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

				2017	2016
	Reavaliação	Impostos diferidos	Realização da reavaliação	Líquido	Líquido
Reavaliações	3.086	(1.019)	(822)	1.245	1.283

15.2. Movimentação								2017
	Terrenos	Edificações	Computadores e equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Benfeitorias	Total	
Saldo no início do exercício	1.862	8.635	1.570	572	1.519	722	14.880	
(+) Aquisições	-	-	104	10	47	-	161	
(-) Baixas	-	-	(627)	(12)	(152)	-	(791)	
(-) Depreciação	-	(606)	151	(48)	(285)	(190)	(978)	
Saldo no final do exercício	1.862	8.029	1.198	522	1.129	532	13.272	

16. INTANGÍVEL

16.1. Composição			2017	2016
	Custo	Amortização acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Contratos e licenças de softwares	63.839	(36.502)	27.337	22.943
16.2. Movimentação			2017	2016
Saldo no início do exercício			22.943	17.648
(+) Novos projetos			10.010	9.650
(-) Amortizações			(5.616)	(4.355)
Saldo no final do exercício			27.337	22.943

17. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar registradas no passivo circulante estão assim compostas:

	2017	2016
Honorários de auditoria	184	232
Participação nos lucros a pagar	1.422	805
Salários e gratificação a pagar	1.010	588
Fornecedores/Prestadores de serviços	1.766	1.147
Publicações legais	123	131
Outras obrigações a pagar	998	534
	5.503	3.437

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

18. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

18.1. Composição	2017						2016					
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total
Automóvel	158.465	33.090	2.377	2.447	-	196.379	136.741	31.828	2.379	2.411	-	173.359
Patrimonial	53.733	38.959	4.782	1.924	998	100.396	45.947	61.320	4.783	1.686	-	113.736
DPVAT	-	16.476	108.824	-	703	126.003	-	25.019	98.592	-	955	124.566
Transportes	3.499	3.893	3.495	1.553	-	12.440	2.598	2.409	3.474	1.354	-	9.835
Demais ramos	9.086	25.099	3.967	518	-	38.670	19.319	20.990	3.724	489	-	44.522
	224.783	117.517	123.445	6.442	1.701	473.888	204.605	141.566	112.952	5.940	955	466.018
Circulante	211.788	117.517	123.445	6.442	1.701	460.893	200.795	141.566	112.952	5.940	955	462.208
Não circulante	12.995	-	-	-	-	12.995	3.810	-	-	-	-	3.810

18.2. Movimentação:

	2017					
	PPNG	PSL	IBNYR	PDR	Outras provisões	Total
Saldo no início do exercício	204.605	141.566	112.952	5.940	955	466.018
(+) Constituições decorrentes de prêmios emitidos	433.674	-	-	-	-	433.674
(-) Diferimento de risco decorrido	(413.952)	-	-	-	-	(413.952)
(+) Aviso de sinistros	-	685.031	-	13.846	-	698.877
(+/-) Ajuste de estimativa de sinistros	-	(445.260)	-	(164)	-	(445.424)
(-) Pagamentos	-	(259.916)	-	(13.683)	-	(273.599)
(+) Atualização monetária e juros	1.843	3.611	-	-	-	5.454
(+/-) Constituições/reversões	(1.387)	(7.515)	10.493	503	746	2.840
Saldo no final do exercício	224.783	117.517	123.445	6.442	1.701	473.888

18.3. Sinistros a liquidar em juízo
a) Composição

Do montante de R\$ 117.517 (2016 - R\$ 141.566), R\$ 13.563 (2016 - R\$ 20.335), referente a processos controlados/geridos pela Seguradora Líder (DPVAT) e R\$ 48.034 (2016 - R\$ 55.356) referem-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

	2017			2016		
	Quantidade de processo	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade de processo	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	210	31.627	13.974	204	34.726	16.687
Possível	428	75.073	14.888	398	57.475	14.183
Remota	215	55.891	5.609	229	54.451	4.151
	853	162.591	34.471	831	146.652	35.021

b) Movimentação (*)

	2017	2016
Saldo no início do exercício	55.356	55.819
(+) Constituições	15.875	12.072
(+/-) Alterações nas estimativas	(19.956)	(9.382)
(-) Pagamentos	(6.591)	(6.546)
(-) Baixas por êxito	(1.744)	(10.863)
(+) Atualização monetária e juros	5.094	14.256
Saldo no final do exercício	48.034	55.356

(*) Contempla as movimentações oriundas aos processos controlados pela Seguradora Líder (DPVAT).

18.4. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos ativos vinculados em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2017	2016
Total das provisões técnicas	473.888	466.018
Necessidade de ativos líquidos (*)	17.191	17.177
(-) Ativos de resseguro	(58.337)	(73.573)
(-) Direitos creditórios	(82.186)	(92.488)
(-) DPVAT	(126.004)	(124.567)
Montante a ser garantido (A)	224.552	192.567
Ativos vinculados	518.700	487.494
Garantia das provisões técnicas (B)	518.700	487.494
Excedente (B - A)	294.148	294.927

(*) As Resoluções CNSP nºs 321/15 e 343/16 passaram a exigir, a partir de 2014, que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu CMR.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

18.5. Tabela de desenvolvimento de sinistros**a) Sinistros brutos de resseguro - Administrativo:**

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano de ocorrência	186.288	132.157	198.906	231.649	188.297	224.585	-
Um ano após a ocorrência	237.584	141.429	222.881	241.144	203.496	-	-
Dois anos após a ocorrência	236.653	145.065	221.588	243.060	-	-	-
Três anos após a ocorrência	244.396	147.831	221.883	-	-	-	-
Quatro anos após a ocorrência	241.874	146.693	-	-	-	-	-
Cinco anos após a ocorrência	236.788	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente em 31/12/2017	236.788	146.693	221.883	243.060	203.496	224.585	1.276.505
Pagamentos acumulados até 31/12/2017	(234.885)	(141.219)	(220.780)	(242.732)	(201.184)	(182.014)	(1.222.814)
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 31/12/2017	1.903	5.474	1.103	328	2.312	42.571	53.691
Outros passivos relacionados (*)							15.792
Total do passivo reconhecido no balanço							69.483

(*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31/12/2011 (R\$ 7.257), DPVAT (R\$ 2.911), retrocessão (R\$ 471) e IBNER (R\$ 5.153).

b) Sinistros bruto de resseguro - Judicial:

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano de ocorrência	863	378	553	536	479	698	-
Um ano após a ocorrência	3.249	3.360	2.943	2.127	2.353	-	-
Dois anos após a ocorrência	5.070	4.697	5.241	3.066	-	-	-
Três anos após a ocorrência	6.052	7.451	6.974	-	-	-	-
Quatro anos após a ocorrência	7.659	7.361	-	-	-	-	-
Cinco anos após a ocorrência	6.847	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente em 31/12/2017	6.847	7.361	6.974	3.066	2.353	698	27.299
Pagamentos acumulados até 31/12/2017	(3.389)	(1.740)	(3.033)	(1.292)	(788)	(173)	(10.415)
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 31/12/2017	3.458	5.621	3.941	1.774	1.565	525	16.884
Outros passivos relacionados (*)							31.150
Total do passivo reconhecido no balanço							48.034

(*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31/12/2011 (R\$ 17.587) e DPVAT (R\$ 13.563).

c) Sinistros líquidos de resseguro - Administrativo:

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano de ocorrência	126.746	113.275	142.864	158.106	171.777	206.170	-
Um ano após a ocorrência	135.700	123.810	153.935	168.269	184.842	-	-
Dois anos após a ocorrência	135.882	124.329	155.791	169.284	-	-	-
Três anos após a ocorrência	135.972	124.829	156.515	-	-	-	-
Quatro anos após a ocorrência	136.138	125.125	-	-	-	-	-
Cinco anos após a ocorrência	136.416	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente em 31/12/2017	136.416	125.125	156.515	169.284	184.842	206.170	978.352
Pagamentos acumulados até 31/12/2017	(136.037)	(124.993)	(156.178)	(169.003)	(184.119)	(172.855)	(943.185)
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 31/12/2017	379	132	337	281	723	33.315	35.167
Outros passivos relacionados (*)							(3.000)
Total do passivo reconhecido no balanço							32.167

(*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31/12/2011 (R\$ 973), DPVAT (R\$ 2.911), Retrocessão (R\$ 471) e IBNER (R\$ -7.355).

d) Sinistros líquidos de resseguro - Judicial:

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano de ocorrência	863	373	538	535	476	666	-
Um ano após a ocorrência	3.118	2.463	2.558	1.953	2.323	-	-
Dois anos após a ocorrência	4.729	3.339	4.478	2.852	-	-	-
Três anos após a ocorrência	5.461	4.471	4.726	-	-	-	-
Quatro anos após a ocorrência	6.827	4.348	-	-	-	-	-
Cinco anos após a ocorrência	6.605	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente em 31/12/2017	6.605	4.348	4.726	2.852	2.323	666	21.520
Pagamentos acumulados até 31/12/2017	(3.282)	(1.682)	(2.846)	(1.288)	(786)	(167)	(10.051)
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 31/12/2017	3.323	2.666	1.880	1.564	1.537	499	11.469
Outros passivos relacionados (*)							24.805
Total do passivo reconhecido no balanço							36.274

(*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31/12/2011 (R\$ 11.242) e DPVAT (R\$ 13.563).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros são compostos principalmente pelos prêmios recebidos dos segurados, por cobrança antecipada de prêmio e outros depósitos. Os montantes apresentados por faixa de idade estão assim distribuídos:

	2017				2016				
	De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Total	De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Prêmios antecipados	406	13	279	698	1.047	8	19	416	1.490
Prêmios e emolumentos	491	19	42	552	1.244	48	162	-	1.454
Outros depósitos	8	-	-	8	31	211	41	-	283
	905	32	321	1.258	2.322	267	222	416	3.227

20. OUTROS DÉBITOS - DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS

A Seguradora avaliou suas provisões judiciais, de acordo com critérios estabelecidos no CPC 25, referendado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

20.1. Detalhamento das obrigações legais e provisões para contingências por probabilidade de perda

	2017				2016	
	Provável		Possível		Provisão	Provisão
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Total	Total
Trabalhistas (a)	1.648	13	240	4	1.888	783
Cíveis (b)	157	9	47	15	204	250
	1.805	22	287	19	2.092	1.033

a) Provisões trabalhistas: A Seguradora é parte em algumas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas. **b) Provisões cíveis:** São ações impetradas e não relacionadas a sinistros, em conformidade com o Manual de Procedimentos adotado pela Seguradora. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas.

20.2. Movimentação

	2017		2016
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	783	250	1.033
(+) Constituições/atualização monetária	879	71	950
(+/-) Alterações nas estimativas	312	12	324
			2017
(-) Baixas/Pagamentos	(86)	(129)	(215)
Saldo no final do exercício	1.888	204	2.092

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 619.757, representado por 290.180.641 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal em 31/12/2017 e 2016. A Reserva de Reavaliação é constituída por reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos tributários. Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários são compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 7, líquidos dos efeitos tributários, quando aplicável. A Distribuição de Dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Em função da Seguradora apresentar prejuízo acumulado, não foi distribuído dividendo no exercício findo em 31/12/2017.

22. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**22.1. Informação por segmento de negócio**

Grupo de ramos	2017						
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos cedidos (resseguro)	Ressegurado - %	Sinistros ocorridos	Sinistralidade - %	Custo de aquisição	Comissão - %
Automóvel	288.424	(702)	0,2	(201.410)	69,8	(58.206)	20,2
DPVAT	45.259	-	-	(38.259)	84,5	(537)	1,2
Patrimonial	78.257	(33.498)	42,8	(20.249)	25,9	(16.200)	20,7
Transportes	50.181	(10.165)	20,3	(21.416)	42,7	(11.787)	23,5
Demais ramos	28.693	(10.522)	36,7	(14.391)	50,2	(4.682)	16,3
	490.814	(54.887)	11,2	(295.725)	60,3	(91.412)	18,6
							2016
Grupo de ramos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos cedidos (resseguro)	Ressegurado - %	Sinistros ocorridos	Sinistralidade - %	Custo de aquisição	Comissão - %
Automóvel	230.034	(515)	0,2	(158.512)	68,9	(44.853)	19,5
DPVAT	71.010	-	-	(60.880)	85,7	(1.002)	1,4
Patrimonial	66.310	(35.292)	53,2	(52.478)	79,1	(13.433)	20,3
Transportes	46.775	(8.365)	17,9	(26.596)	56,9	(10.838)	23,2
Demais ramos	35.691	(20.333)	57,0	(11.073)	31,0	(3.606)	10,1
	449.820	(64.505)	14,3	(309.539)	68,8	(73.732)	16,4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

	2017	2016
22.2. Prêmios emitidos		
Prêmios emitidos	467.692	428.416
Prêmios emitidos - DPVAT	45.474	71.526
Cosseguro aceito de congêneres	26.766	23.816
Custo inicial de contratação	31.317	27.668
Prêmios cancelados/restituídos	(53.154)	(78.009)
Cosseguro cedido de congêneres	(7.631)	(2.915)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(1.101)	(9.626)
	<u>509.363</u>	<u>460.876</u>
22.3. Sinistros ocorridos		
Sinistros avisados	(255.194)	(235.564)
Sinistros - DPVAT	(37.255)	(40.352)
Assistência 24 horas	(39.853)	(28.395)
Salvados e ressarcimentos	37.293	26.472
IBNR e PDR	(1.799)	(14.189)
IBNR - DPVAT	(1.003)	(20.528)
Recuperação de sinistros	2.086	3.017
	<u>(295.725)</u>	<u>(309.539)</u>
22.4. Custos de aquisição		
Comissão sobre prêmio emitido	(86.255)	(74.664)
Assessoria e agenciamento	(7.555)	(4.773)
Inspeção de risco	(4.324)	(3.594)
Recuperação de comissão	923	563
Variação da despesa de comercialização diferida	5.799	8.736
	<u>(91.412)</u>	<u>(73.732)</u>
22.5. Outras receitas e despesas operacionais		
Outras despesas operacionais - DPVAT	(4.829)	(5.402)
Despesas com apólices	(8.544)	(7.288)
Despesas com agenciamento e assessorias	(2.750)	(2.951)
Despesas com cobrança	(1.826)	(1.663)
Provisão para riscos sobre créditos	109	514
Outras receitas/despesas operacionais	(6.843)	(3.575)
	<u>(24.683)</u>	<u>(20.365)</u>
22.6. Resultado com operações de resseguro		
Recuperação de sinistros	18.042	46.129
Prêmios de resseguro cedido - RVNE	771	7.621
Salvados e ressarcimentos	(5.247)	(3.279)
Outras receitas/despesas	2	973
Variação da provisão de IBNYR e IBNER	951	(21)
Variação das provisões técnicas de prêmios	(10.583)	(19.462)
Prêmios de resseguro cedido	(45.074)	(52.665)
	<u>(41.138)</u>	<u>(20.704)</u>
22.7. Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(55.556)	(50.060)
Serviços de terceiros	(8.732)	(8.591)
Localização e funcionamento	(14.076)	(12.841)
Publicidade e propaganda	(643)	(951)
Despesas administrativas - DPVAT	(3.021)	(3.349)
Outras despesas administrativas	(1.038)	(1.668)
	<u>(83.066)</u>	<u>(77.460)</u>
22.8. Despesas com tributos		
Pis e Cofins	(10.237)	(10.090)
Impostos federais sobre remessa - resseguro	(240)	(412)
Contribuição sindical	(311)	(347)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.164)	(1.656)
Outros tributos	(397)	(344)
	<u>(12.349)</u>	<u>(12.849)</u>
22.9. Resultado financeiro		
Receitas com títulos de renda fixa - públicos	48.343	60.966
Receitas com títulos de renda fixa - privados	2.988	793
Receitas com operações de seguros	5.934	4.057
Receitas financeiras - DPVAT	284	491
Juros e correção monetária - sinistros	(1.779)	(5.352)
Outras receitas financeiras	187	56
	<u>55.957</u>	<u>61.011</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e de 2016

(Valores em milhares de reais - R\$)

22.10. Imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto, líquido de participações	1.157	1.157	213	213
Adições	13.990	13.001	16.255	16.158
Exclusões	(12.112)	(12.112)	(20.490)	(20.490)
Lucro (Prejuízo) fiscal	3.035	2.046	(4.022)	(4.119)
Compensação prejuízos fiscais	(910)	(613)	-	-
Base do IR e CSLL	2.125	1.433	(4.022)	(4.119)
IR e CS	(507)	(286)	-	-
(-) Outros	(34)	(24)	(664)	(449)
Total de IR e CS	(541)	(497)	(664)	(449)

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/03/2017, sendo composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado para Diretoria em 2017 foi de R\$ 5.000 (2016 - R\$ 5.000). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. A Seguradora efetua cessões de resseguros com a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (resseguradora admitida), através de contratos automáticos e facultativos. As transações entre partes relacionadas decorrentes dessas atividades encontram-se apresentadas a seguir:

	2017	2016
<u>Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (Controladora)</u>		
Ativos - Operações com resseguradoras	1.090	919
Ativos - Títulos e créditos a receber	255	259
Passivos - Operações com resseguradoras	3.419	2.496
Receitas - Recuperação de indenização	3.646	4.776
Despesas - Prêmios de resseguros cedidos	3.763	5.839
Participação Acionária		
<u>Mitsui Sumitomo Seguros S.A.</u>	Quantidade Ações	%
	290.180.641	100,00
Mitsui Sumitomo Insurance Company Limited	290.135.580	99,98
Outros	45.061	0,02
<u>Mitsui Sumitomo Insurance Company Limited</u>	Quantidade Ações	%
MS&AD Insurance Group Holdings, INC.	1.404.402.464	100,00

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1. Cobertura de seguros

A Seguradora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A Administração compreende como suficiente às coberturas de seguros vigentes até 31/12/2017 que estão assim demonstradas:

Item	Tipo de Cobertura	Importância segurada
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	35.853
Veículos	Incêndio, roubo, colisão e responsabilidade civil	31.272
Responsabilidade civil	Operações, responsabilidade do empregador e veículos de funcionários de uso habitual	18.000
Seguro fiança	Despesas fixas	257
		85.382

DIRETORIA

Hideji Inoue
Diretor-Presidente

Hélio Hiroshi Kinoshita
Diretor Vice-Presidente

Giuliano Vicente Borro
Diretor

Koichi Kawasaki
Diretor

Eliane Caetano Setti Riedel
Diretora

Takuya Ito
Diretor

CONTADOR

Luiz Akio Morikawa
CRC 1SP158630/O-3

ATUÁRIO

Gustavo Genovez
MIBA 1197

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. São Paulo - SP - **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, no montante de R\$126.003 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora"), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Seguradora, em 31/12/2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$ 126.003 mil, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e, ainda, apresentar uma situação patrimonial e expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Seguradora. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT no montante de R\$ 126.003 mil, que não foram objeto de nossos exames, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório anteriormente referidos da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em 31/12/2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda. CNPJ 02.189.924/0001-03 - CIBA 45

João Batista da Costa Pinto - MIBA 944



Anexo I

Demonstrativo do Parecer dos Atuários Independentes

1. Demonstrativo dos limites de retenção (Valores expressos em R\$)

	31/12/2017	31/12/2016
Ramo 0542	200.000	200.000
Ramo 0929	500.000	500.000
Ramos 0115; 0171; 0621;0622; 0654; 0655; 0981; 0982; 0993	1.000.000	1.000.000
Ramos 0114; 0116; 0118; 0141; 0167; 0520; 0531; 0553; 0632; 0746; 1417	2.000.000	2.000.000
Ramos 0196; 0351	2.500.000	2.500.000
Ramo 0234	4.000.000	4.000.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

